

POLUIÇÃO AMBIENTAL

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Ambiental

Data da atualização: 18.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei nº 14.850, de 02 de maio de 2024</u>	Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar
<u>Decreto nº 10.950 de 27 de janeiro de 2022</u>	Dispõe sobre o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por óleo em Águas sob Jurisdição Nacional.
<u>Instrução normativa nº 2 de 18 de janeiro de 2022</u>	Regulamenta a descarga de óleo, misturas oleosas, substâncias nocivas ou perigosas de qualquer categoria e lixo em águas sob jurisdição nacional para fins de pesquisa de campo, nos termos do artigo 19 da Lei nº 9.966/2000.
<u>Resolução CONAMA 432, de 13 de julho de 2011.</u>	Estabelece novas fases de controle de emissões de gases poluentes por ciclomotores, motocicletas e veículos similares novos, e dá outras providências.
<u>Resolução CONAMA nº 418, de 25 de novembro de 2009.</u>	Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso
<u>Portaria Conjunta MMA/IBAMA Nº 259, de 7 de agosto de 2009.</u>	Fica obrigado o empreendedor a incluir no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, capítulo específico sobre as alternativas de tecnologias mais limpas para reduzir os impactos na saúde do trabalhador e no meio ambiente, incluindo poluição térmica, sonora e emissões nocivas ao sistema respiratório e dá outras providências.
<u>Decreto Legislativo Federal nº 499, de 2009.</u>	Aprova o texto consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e

	o seu Protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004.
<u>Decreto Federal nº 6.511, de 17 de julho de 2008.</u>	Promulga as emendas aos Anexos da Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha Causada pelo Alijamento no Mar de Resíduos e Outras Matérias.
<u>Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, art. 54.</u>	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. § 1º Se o crime é culposo: Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.
<u>Lei Federal nº 8.723, de 28 de outubro de 1993.</u>	Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências.
<u>Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990.</u>	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.
<u>Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981</u>	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
<u>Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980.</u>	Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.
<u>Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975.</u>	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei nº 9405 de 16 de setembro de 2021.</u>	Autoriza o Poder Executivo a Instituir, no Estado do Rio de Janeiro, o Programa de Eliminação de Emissões de Gases Poluentes nos Sistemas Intermunicipais e Municipais de Transporte Coletivo de Passageiros.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br